

## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

JOÃO L. INÊS VAZ

**Palavras-chave:** Arquitectura, paleocristianismo, Lusitânia, basílica, Suevos.

**Keywords:** Architecture, early Christianity, Lusitania, basilica, Suevic people.

### 1. Contexto

O aparecimento do Cristianismo representou para Roma uma novidade surpreendente em relação às religiões até então existentes no Império: ao politeísmo tradicional de todas as religiões, o Cristianismo opõe o monoteísmo; os sacrifícios humanos ou animais são substituídos por sacrifícios simbólicos, mas onde o elemento animal e vegetal continua presente através do pão e do vinho transubstanciados no corpo e sangue de Cristo; a uma sociedade escravagista e baseada na divisão em classes, o Cristianismo vai contrapor que “Já não há diferença entre judeu e grego, entre escravo e homem livre, entre homem e mulher, pois todos vós sois um só em Jesus Cristo” (Paulo, 3, 27); o culto ao imperador, um dos principais elos da união do Império e o único culto verdadeiramente universal, confronta-se agora com a adoração de um Deus único e Omnipotente.

Num primeiro momento de surpresa, a tolerância tradicional do espírito de superstição romano perante todas as divindades dos povos conquistados levou a que os primeiros imperadores considerassem estar simplesmente perante mais uma religião de mais um povo conquistado, ainda por cima vinda do oriente e com origem judaica, de um povo que já tantos problemas tinha levantado na sua subjugação. Rapidamente, no entanto, se aperceberam da importância subversiva da nova religião e começaram, em meados do século I, um conjunto de perseguições durante as quais os cristãos são martirizados.

O espírito de sacrifício dos cristãos, a sua entrega à oração e às mãos do seu Deus, a sua morte serena, mesmo que acontecesse às garras de animais selvagens, era um exemplo que estava a contagiar

muitos Romanos. Sendo assim, rapidamente os cristãos se transformaram de tolerados em perseguidos, de pacíficos em subversivos e, por isso, o tradicional espírito tolerante romano e o temor perante todas as divindades desaparece e dá lugar a um programa de extermínio da nova religião e dos seus seguidores. O efeito conseguido foi o contrário e a nova religião difundiu-se e chegava aos quatro pontos cardeais do Império, incluindo Roma, a capital e por todo o lado começaram a surgir comunidades cristãs, impossíveis de controlar e exterminar. No século IV, Constantino I, o Grande, acaba por conceder liberdade de culto aos cristãos através do Édito de Milão de 313. Durante estes primeiros trezentos e doze anos, os cristãos praticaram o culto às escondidas, em casa de algum membro da comunidade<sup>1</sup>, numa comunhão total de ideias e até dos próprios bens<sup>2</sup> ou em lugares escondidos. Qualquer lugar servia para o culto, sendo bem famosas as Catacumbas, galerias subterrâneas da antiga Roma que os primeiros cristãos bem conheciam e que serviram de refúgio, de templo e sobretudo de túmulo aos primeiros dignitários da Igreja e aos primeiros mártires.

Nas províncias, as comunidades proliferavam e auto-organizavam-se espalhando a religião o mais que podiam. A partir do momento em que foi dada liberdade de praticar o culto, os lugares de oração passaram a ser públicos e por isso adaptaram-se casas nas cidades para templo, começaram-se a abandonar os antigos deuses e adaptaram-se os seus templos ao novo Deus, construíram-se edifícios de raiz, consoante as possibilidades de cada comunidade. Ao lado da organização administrativa romana surgiu uma organização eclesiástica que se baseou naquela, instalando-se nalgumas *civitates* as sedes de dioceses e nos *pagi* e *villae* comunidades mais pequenas e, conseqüentemente, templos também mais pequenos que aproveitaram muitas vezes os antigos templos pagãos.

À Península Ibérica, o Cristianismo chegou bastante cedo e desde logo se terá começado a estruturar e por isso aparecem dioceses logo após a legalização feita por Constantino. O primeiro concílio

---

<sup>1</sup> “Saudai Priscila e Áquila, meus colaboradores em Cristo Jesus, <sup>4</sup> pessoas que, pela minha vida, expuseram a sua cabeça. Não sou apenas eu a estar-lhes agradecido, mas todas as igrejas dos gentios. <sup>5</sup> Saudai também a igreja que se reúne em casa deles.” (Carta de S. Paulo aos Romanos, 16, 3). Aqui se prova como os cristãos se reuniam em casa uns dos outros.

<sup>2</sup> A partilha dos bens é bem visível neste passo dos *Actos dos Apóstolos*, 2, 44 e 45: “Todos os crentes viviam unidos e possuíam tudo em comum. <sup>45</sup> Vendiam terras e outros bens e distribuíam o dinheiro por todos, de acordo com as necessidades de cada um”.

peninsular de que temos notícia reuniu-se logo nos inícios do século IV, em Elvira cidade próxima de Granada, ainda antes do édito constantiniano. Estiveram presentes os bispos das dioceses de *Ossonoba* (Faro) e *Ebora*, da província da Lusitânia e de outras regiões mais a norte como *Caesaraugusta* (Zaragoza). Além dos bispos marcaram também presença trinta e seis presbíteros cujos nomes e comunidades não são enunciadas, mas que estiveram a representar as suas comunidades.<sup>3</sup> Haveria já comunidades cristãs no norte da Lusitânia, nessa data? Não o sabemos, por enquanto, embora haja indícios que nos levam a pensar que sim, mas uma coisa parece certa: mesmo na clandestinidade os cristãos já estavam organizados em dioceses e paróquias.

As perseguições aos cristãos também tinham feito mártires na Península, sendo o mais conhecido o de Santa Eulália, martirizada em finais do século III/inícios do IV em Mérida, capital da Lusitânia, no âmbito da perseguição movida por Diocleciano, materializada na Lusitânia por Daciano, o carrasco de Eulália. Este martírio deve ter sido mais ou menos coetâneo do concílio de Elvira.

É neste contexto que os cristãos lusitanos dos primeiros séculos tiveram que viver e é à luz deste contexto de perseguições e afirmação da fé, de partilha da fé e dos bens, de celebração da palavra e da oração, em clandestinidade numa primeira fase e à luz do dia a partir do século IV, de um certo isolamento das comunidades, que se devem analisar os primeiros lugares de culto cristão.

É o que vamos tentar fazer neste trabalho que pretende ser apenas um contributo para o estudo dos primeiros tempos do cristianismo na Lusitânia Norte. Assim, numa primeira parte, tentamos estabelecer uma tipologia dos primeiros lugares de culto conhecidos até agora, tendo em conta a sua localização e que é aplicável a todo o território português. Numa segunda parte, falaremos da arquitectura de algumas basílicas paleocristãs da Lusitânia norte.

---

<sup>3</sup> Existem muitas edições destas actas, mas uma das mais acessíveis pode ver-se no seguinte endereço da Internet, com texto em latim: [http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0314314.\\_Concilium\\_Eliberritanum,\\_D  
ocumenta\\_Omnia,\\_LT.doc](http://www.documentacatholicaomnia.eu/03d/0314314._Concilium_Eliberritanum,_Documenta_Omnia,_LT.doc)

## 2. Conceitos

A este largo período que acabamos de caracterizar de uma forma breve, que ocupa os últimos séculos do Império romano e vai até aos inícios do século VIII, quando os Árabes invadem a Península Ibérica, chamamos Paleocristianismo.

É um período longo com muitas convulsões políticas e sociais, com reformas administrativas, invasões de vários povos, nomeadamente os de origem germânica, e sujeito, por conseguinte, a polémicas sobre a sua subdivisão em períodos. Independentemente de reconhecermos que poderá aqui haver três grandes períodos, o romano, o suevo e o visigodo que, por sua vez, ainda poderíamos subdividir em vários outros períodos mais curtos, a verdade também é que existe uma base religioso-cultural que perpassa ao longo destes séculos que chamamos paleocristianismo. Referimo-nos apenas à questão religiosa porque, se considerarmos o estudo total da época, nomeadamente os aspectos políticos, sociais ou demográficos, por exemplo, então devemos designar este período como Antiguidade Tardia ou Tardoantiguidade, denominação criada nos anos setenta do século passado e hoje aceite quase universalmente.

Paleocristianismo é uma expressão essencialmente cultural, pois é à cultura que nos estamos a referir quando falamos de ideias artísticas ou religiosas, mas em Portugal tem-se falado mais de Suevos e Visigodos e “arte suévica” e “arte visigoda” do que de “paleocristianismo”, “arte paleocristã” e menos ainda de “arquitetura paleocristã”, esquecendo-se quase por completo que houve reaproveitamento e adaptação de espaços romanos ao novo culto e esquecendo-se sobretudo que, desde muito cedo, deve ter havido também a construção de espaços religiosos *ex novo*.

Mesmo estas expressões mais tradicionais não têm sido consensuais e por isso Pierre de Palol, o grande especialista catalão da arte antiga, falou de uma “arte hispânica da época visigótica”<sup>4</sup> referindo-se a toda a Península Ibérica, não fazendo distinção entre o território português e o espanhol e Carlos Alberto Ferreira de Almeida diz que, aceitando embora a designação de arte tardorromana, “em

---

<sup>4</sup> É o título de um livro publicado por Pedro de Palol em 1968: *Arte Hispanico de la Epoca Visigoda*. Barcelona: Ediciones Poligrafa, 1968. Neste livro, Palol faz distinção clara entre arte paleocristã, “em que as formas pagãs adquirem um novo conteúdo”, arte da época visigótica, “em que a herança romana se hispaniza e se personaliza”, arte asturiana, “onde lutam as velhas e tradicionais tendências”, arte moçárabe, “com a sua originalidade criada com outros elementos já existentes” (19).

Portugal, a arte paleocristã coincide com a duração do reino suevo (411-585) e até se poderia designar «arte da época sueva» a qual é muito distinta da visigótica”. (9 e 37) Vemos assim, só com estes dois exemplos, como este período histórico tem sido alvo de polémica e discussão entre os historiadores da arte. Consensual é que a arte deste período é marcadamente cristã e que o cristianismo chegou ao território português actual ainda sob o domínio romano, surgindo então os primeiros focos cristãos, lutou para se impor durante as invasões bárbaras, consolidou-se após a conversão dos Suevos e estruturou-se com a formação do Reino dos Visigodos. (Ver a este propósito Real, 1995 e Fernandes, 2009). É por isso que entendemos que este período deve ser designado como paleocristão.

A nível arquitectónico, pois é à arquitectura deste período que iremos referir-nos, entendemos que há alguma unidade morfológica e estética que não justifica uma subdivisão, pelo menos no estado actual dos conhecimentos, em que os espaços de culto apresentam uma estrutura comum, com formas diferentes. Assim, entendemos por arquitectura paleocristã toda a manifestação arquitectónica que se reporta ao período que vai desde o aparecimento do cristianismo até às invasões muçulmanas da Península Ibérica incluindo, portanto, o período que se segue à conversão dos Suevos e Visigodos ao Cristianismo. É um longo período de vários séculos que dura até 711, durante o qual o cristianismo se implanta, luta para se impor não só nas cidades, como nos meios rurais, nascem, espalham-se e perseguem-se as primeiras grandes heresias, nomeadamente o arianismo e o priscilianismo, constroem-se os primeiros edifícios destinados ao culto cristão ou aproveitam-se edifícios romanos pagãos sacralizando-os e consagrando-os à Divindade recém-chegada e de culto obrigatório a partir de finais do século IV.

Outro conceito que não obtém consenso entre os historiadores da arte deste período é a designação destes espaços religiosos: basílica, igreja, templo? Basílica é uma designação de origem arquitectónica latina baseada na *basilica* romana, edifício mais judicial que religioso; igreja deriva de *ecclesia*, reunião dos cidadãos e “templo” tem uma conotação mais pagã e judaica e talvez por isso esta não tenha sido tão usada como as outras duas<sup>5</sup>. De qualquer forma, qualquer uma delas serve para designar o espaço onde os cristãos se reuniam para a partilha do pão, para a oração e adoração a Deus e a veneração dos santos. Esse espaço tanto poderia ser a casa de um cristão, como nos revela S. Paulo na Carta aos Gálatas, já citada, como um templo

---

<sup>5</sup> Sobre esta questão pode ver-se: Pierre David 9; M Justino Maciel 269-280.

adaptado de uma *uilla* ou uma sala de uma *domus* urbana, como acontecia em Milreu ou em Conímbriga, respectivamente. Tendo em conta esta prática dos primeiros cristãos, empregarei indiferentemente as expressões basílica, igreja ou templo para designar os espaços em que os cristãos se juntavam para adorar a Deus, venerar os seus santos e aprender os princípios da sua religião. A basílica ou templo era o sítio onde a *ecclesia*, no sentido de comunidade cristã, se reunia não nos interessando, para efeitos deste estudo, se era sob a presidência de um *episcopus*, de um presbítero ou de um cristão mais piedoso.

Apesar do interesse pelo paleocristianismo ser antigo a nível peninsular, como se comprova pelas reuniões e congressos de arqueologia cristã hispânica que se realizam desde 1966, podemos dizer, todavia, que a década de noventa do século passado representou para o território português uma década de ouro, com um maior incremento da arqueologia deste período e sobretudo a realização em Lisboa, em 1995, da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica<sup>6</sup> com muitas comunicações sobre novas escavações e novas interpretações que trouxeram um conhecimento muito maior sobre este período. Depois disso, e já na primeira década do século actual, a revisão a que se tem procedido de ideias feitas, o estabelecimento de cronologias mais exactas, as escavações que se têm efectuado um pouco por todo o país, levaram a que hoje se possa falar com muitas mais certezas sobre este período.

### 3. Grupos arquitectónicos

Embora nos refiramos essencialmente a uma parte da região centro de Portugal, que estava integrada na antiga Lusitânia e por isso lhe chamamos Lusitânia Norte, vamos começar, como dissemos, por algumas ideias genéricas sobre a arquitectura paleocristã do actual território português.

A primeira ideia que se deve retirar da observação dos vestígios arquitectónicos que se conhecem em Portugal é que é possível distinguir claramente grupos diferentes de templos, quanto à sua localização e integração em meio de povoamento. Assim, podemos falar de três grupos: urbano, rural e suburbano.

No grupo urbano integramos as basílicas paleocristãs localizadas nas cidades romanas. Nalguns casos estas cidades foram capitais de *ciuitates* que foram depois transformadas em sedes episcopais e alguns destes templos parecem ter sido construídos propositadamente

---

<sup>6</sup> *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*. Barcelona, 1995.

para um fim religioso cristão e representam por isso os templos cristãos mais antigos do território português actual. Integram-se neste grupo as basílicas de *Conimbriga* (antiga *ciuitas* e sede da diocese do mesmo nome), Idanha-a-Velha (*ciuitas Igaeditanorum* e sede da diocese de *Aegitania* ou *Igaeditania*), Mértola (antiga cidade romana de *Mirtilis*), *Tongobriga* (*ciuitas* de *Tongobriga*), Viseu (*ciuitas Interanniensium* e sede da diocese *Vesensis*) e Santo Amaro de Beja (*ciuitas* de *Pax Iulia* e sede da diocese *Pacensis*).

O grupo rural é constituído pelas basílicas localizadas em espaços rurais, na sua maior parte *uillae* romanas e resultam da adaptação de uma divisão da antiga *domus*. Este é o grupo mais numeroso, situando-se a maior parte destas basílicas em *uillae* romanas. São exemplos deste grupo as basílicas de Torre da Palma (Monforte do Alentejo), Monte da Cegonha (Vidigueira), Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), São Cucufate (Vidigueira), Milreu (Estói, Faro), S. Miguel de Odrinhas (Sintra) e Prazo (Vila Nova de Foz Côa).

No grupo suburbano integramos as basílicas localizadas próximo das cidades-diocese que sofrem directamente a influência da sede episcopal, pois se situam a cerca de três milhas romanas, ou seja uma hora de caminho. Apenas encontramos três pequenas basílicas nesta situação: S. Martinho de Dume (Braga), S. Pedro de Balsemão (Lamego) e Granjinha (Chaves, antiga *Aquae Flauiae*). A capela da Granjinha tem apenas alguns elementos decorativos que atribuímos a este período, sendo a actual construção do período românico.

Talvez Milreu, que incluímos no grupo rural, possa também integrar-se neste grupo, embora se localize um pouco mais longe, a cerca de 10 quilómetros da sede da diocese de *Ossonoba* mas, por enquanto, preferimos integrá-la no grupo rural.

Fazendo a observação de todos os vestígios conhecidos até hoje, é possível concluir que, desde o início, o cristianismo se estendeu a todo o território nacional e mesmo às *uillae* localizadas na Lusitânia interior. Confirma-se assim que a “cristianização realizou-se não só no plano social, mas também no plano geográfico”, como afirma Diaz e Diaz (85). No entanto, a maior parte das basílicas do grupo rural localiza-se no Alentejo e sul do país, não se podendo apontar se devido a uma maior atenção que tem sido prestada a esta zona em que mais levantamentos arqueológicos se têm levado a cabo porque o interesse dos arqueólogos tem estado mais virado para o sul, onde muitas mais escavações têm sido promovidas, ou se devido à maior influência cristã proporcionada pela capital da Lusitânia, *Emerita Augusta* com uma expansão precoce do cristianismo, portanto.

Observando a distribuição geográfica das dez basílicas que integram os grupos urbano e o suburbano, sete localizam-se a norte do Tejo, conhecendo-se a sul apenas Mértola, Beja e Tróia mas, por outro lado, as rurais, como acabámos de dizer, estão mais a sul.

O grupo que apelidamos de suburbano localiza-se todo ele a norte do Tejo, com uma basílica apenas na Lusitânia e duas já na Galécia.

Creemos que esta distribuição tem a ver com a própria herança da administração romana, pois as *ciuitates* localizadas a norte do Tejo ocupavam uma área muito mais pequena que as localizadas a sul e a organização do território religioso vai seguir de muito perto a organização administrativa romana.<sup>7</sup>

A continuação das escavações arqueológicas e das investigações irão trazer muitas novas revelações nos próximos anos, disso estou certo.

#### 4. As Basílicas<sup>8</sup>

Vamos agora descrever mais pormenorizadamente algumas das basílicas da Lusitânia norte, duas do grupo urbano (*Conímbriga* e *Aegitania*), uma do grupo suburbano (S. Pedro de Balsemão) e uma do grupo rural (Prazo).

##### 4.1. Conímbriga

Conímbriga é a cidade romana mais conhecida do actual território português, apesar de ter apenas uma pequena percentagem escavada.

Situada num sítio ocupado pelo menos desde a Idade do Ferro, em Conímbriga podemos acompanhar toda a evolução do Império, desde o apogeu da época de Augusto com a construção do primeiro *forum* imperial, até à construção das suas muralhas no século III, sabemos da sua queda no século V às mãos dos Suevos, seguida da

---

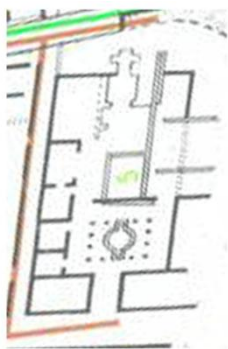
<sup>7</sup> Ver: Jorge Alarcão, e para a actual região das Beiras João L. Inês Vaz, 1997: 319-324 e mapa 7. Para a questão das primeiras dioceses, além do clássico Pierre David, e de P.º Avelino de Jesus Costa, ver também o meu artigo, *Continuidade e descontinuidade das fronteiras administrativas romanas nas dioceses visigóticas*, Actas do Congresso sobre Afonso I, Lisboa, 2009, Associação Amigos de Lisboa (no prelo).

<sup>8</sup> Agradeço ao colega Luís Caballero-Zoreda a autorização para utilizar a sua gravura de reconstituição da basílica de Idanha-a-Nova e à Mariana Costa, aluna do mestrado integrado em Arquitectura da Universidade Católica de Viseu, os desenhos relativos à projecção da basílica de Viseu.

## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

elevação à dignidade episcopal e a manutenção do seu povoamento até ao século IX.

O estudo da basílica paleocristã de Conímbriga é bem um exemplo das hesitações próprias do processo arqueológico e das revisões a que obrigatoriamente a História tem que se sujeitar. Descoberta nas escavações dirigidas no século passado por Vergílio Correia, desde logo se verificou que era um edifício incoerente. A primeira planta publicada, mais tarde mantida pela equipa luso-francesa nas *Fouilles de Conimbriga* (volume 1), apresentava dois baptistérios. Recentes reescavações e novas reflexões sobre as primeiras escavações levaram a que a planta fosse reformulada e hoje definiu-se uma nova forma, aumentando, no entanto, as



dúvidas que já existiam (Correia).

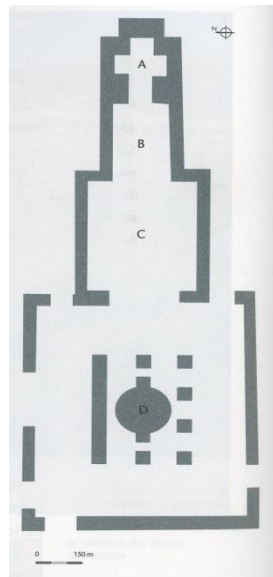
Segundo a equipa de escavações actual, sob a responsabilidade do Dr. Vergílio Hipólito Correia, também director do Museu, e do Dr. Jorge Quiroga, a basílica era constituída por uma nave-salão, um *diaconicon* e uma capela-mor ou iconostase muito pequenina (Correia). A anteceder a basílica havia um baptistério, que era o lago do peristilo da casa do século I adaptado para o efeito.

Certo é que se trata do reaproveitamento de um edifício privado romano que foi reformulado para nele se estabelecer um local de culto cristão.

A orientação da igreja é este-oeste, o que está de acordo com a regra canónica tornada obrigatória por Gregório Magno no século VII.

Pelos vestígios arqueológicos conhecidos até ao momento, pensa-se que a basílica poderá ter sido construída no século IV e o baptistério apenas no VI.

Um dos problemas que se levanta com a existência deste pequeno templo é o de saber se seria aqui a *ecclesia* episcopal de Conímbriga ou se existiria outro templo maior.



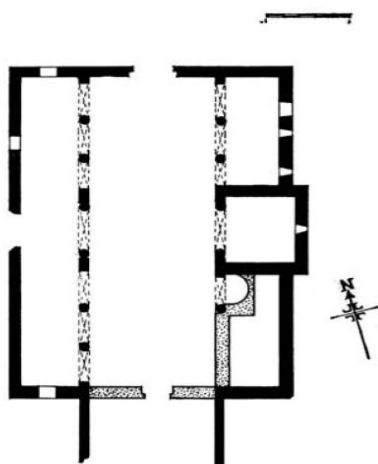
As modestas dimensões do templo e o facto de se tratar de uma divisão de uma *domus* denominada de *Tancinus* mesmo encostada à muralha baixo-imperial, obriga a pensar que tal dimensão não se compadeceria com uma basílica episcopal e, por isso, deveria existir outra basílica, talvez mais dentro da cidade e num lugar mais nobre.

A basílica da casa de *Tancinus* deverá corresponder a um lugar de inícios do cristianismo, quando este ainda apenas entrava na cidade e era praticado possivelmente de uma forma clandestina por uma pequena comunidade como aquelas de que os Actos dos Apóstolos e as cartas apostólicas nos falam.

A cronologia apontada para esta basílica vai do séc. IV-V ao VIII, mas, atendendo ao que dizemos nas conclusões, cremos que esta forma cruciforme deverá ser bastante tardia, nunca anterior ao século VII, pelo que a datação apontada para o baptistério será a cronologia mais conveniente para toda a estrutura.

#### 4.2. Idanha-a-Velha

A actual aldeia de Idanha-a-Velha, no concelho de Idanha-a-Nova, foi sede de uma notável *ciuitas* na época romana, a *ciuitas Igaeditanorum*, que depois foi elevada à dignidade episcopal com o



Planta publicada por Fernando de Almeida em 1962. Restitui a negro o canto sudoeste paleocristão, e mantém a ponteados as alterações posteriores.

cristianismo. Só com a fundação da Guarda no último ano do século XII (1199) por D. Sancho I, ficou despojada da sua cátedra episcopal, mas esta transferência fez-se, no entanto, com a manutenção do nome e ainda hoje a diocese da Guarda é conhecida como diocese egitaniense e os habitantes da Guarda como egitanienses, sobrepondo-se a designação religiosa à denominação civil.

*Aegitania* ou

*Igaeditania* foi uma cidade importante na época romana, como ponto de passagem entre as *ciuitates* do norte e a capital da Lusitânia,

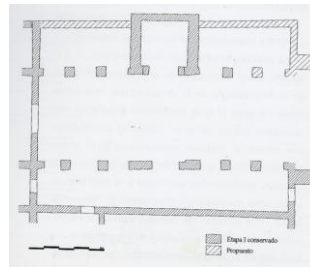
## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

*Emerita Augusta* localizada mais a sudeste. Era rodeada de uma forte muralha de que ainda hoje se mantém grande parte, tinha um templo consagrado provavelmente a Vénus e/ou Neptuno, fruto do evergetismo de *Caius Cantius Modestinus*, um profundo devoto destas divindades que lhe mandou consagrar templos em *Igaeditania* e em Bobadela.<sup>9</sup>

Aproveitando materiais de edifícios anteriores, com o advento do cristianismo foi construído um novo templo, que tem sido sempre designado como “catedral de Idanha-a-Velha” ou, mais recentemente, catedral-mesquita de Idanha-a-Velha” (Fernandes, *Catedral*).

A primeira planta deste templo foi publicada por D. Fernando de

Almeida, o grande investigador de Idanha. (Almeida, *Arte visigótica* e Almeida, *Egitânia*). Desde logo levantou alguns problemas porque apresentava uma estrutura pouco comum: um rectângulo com duas grandes aberturas nos lados mais pequenos. O mais surpreendente era, no entanto, o canto da parede virada a sudeste, que parecia ter sido derrubado e reerguido em algum momento, não



Planta restituída por Caballero-Zoreda

estando alinhada com a parede do outro canto do mesmo lado. Interiormente era um edifício com três naves e sete tramos (Real, *Inovação* e Torres) e “do lado oriental, uma verdadeira capela-mor, de exageradas dimensões para a identificarmos como um mirhab” (Real, 66).



Pormenor do interior da basílica, em frente da iconostase (foto do autor).

Recentes estudos de arqueologia da arquitectura vieram reformular a planta e confirmaram tratar-se de um edifício paleocristão que teria sobrevivido quase totalmente (Zoreda 2006). Verificou-se que o canto da parede sudeste foi alterado, talvez com a sua

<sup>9</sup> Vasco Mantas: Evergetismo e culto oficial: O construtor de templos *C. Cantius Modestinus*, *Religio Deorum*, Barcelona. (1992), 239-249 e também *C. Cantius Modestinus* e os seus templos, *Religiões da Lusitânia. Loquentur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002. 231-234.

transformação em mesquita na época árabe, mas é possível fazer a reconstituição da basílica anterior, pois os alicerces permaneceram.

Tratava-se de uma basílica ampla, com uma forma rectangular e uma iconostase semi-saliente na parede sudeste. A iconostase, que era interpretada como uma capela-mor, está afinal completa e nas colunas que a ladeiam podem ver-se ainda os encaixes de uma cancela que ali deveria ter existido. Interiormente, a nova planta resultante das escavações efectuadas permite reinterpretar a basílica como um espaço amplo dividido em sete naves e três tramos, se interpretarmos as naves no sentido da iconostase. Esta interpretação fica ainda mais legitimada pelo conjunto das colunas e pilastras que se situam em frente das colunas da iconostase e que já D. Fernando de Almeida assinalou em 1962. Parece claro que se quis aqui dar uma ideia de uma nave central, fronteira à iconostase, ladeada por mais três de cada lado. As naves laterais, assim consideradas, também não têm todas exactamente a mesma medida, o que mostra mais uma vez as hesitações construtivas que existiam no período da sua edificação.

A entrada principal fazia-se a partir do lado do baptistério, a sul. A orientação da basílica é noroeste-sudeste.



Vista exterior do ângulo sudeste da iconostase e o *mirhab* da mesquita. (foto do autor).



Colunas que fecham a iconostase, vendo-se o corte feito nas bases para assentar uma cancela (fotos do autor).

Esta planta, em forma de rectângulo, com a iconostase do lado maior a leste, que levou Cláudio Torres e Manuel Real a considerar

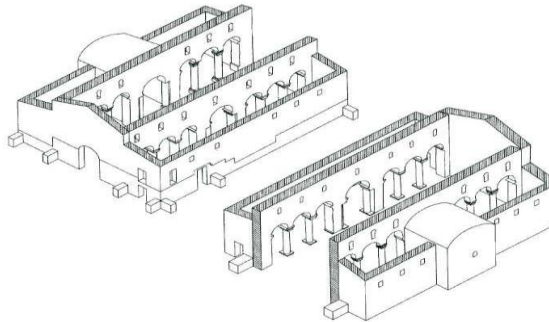
## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

estarmos perante um “tipo misto, de basílica cristã e mesquita” é, afinal, mais comum do que se pensava, como veremos nas conclusões. O que é surpreendente são as suas dimensões, sobretudo no sentido sensivelmente norte-sul, o que só poderá explicar-se por alguma limitação no sentido este-oeste que não permitiria que o rectângulo fosse mais equilibrado. Talvez a existência de outros edifícios, cujas ruínas são, aliás, bem visíveis, não permitisse um maior equilíbrio.

O baptistério é cruciforme e com degraus e está localizado do lado sudeste da basílica. Datará possivelmente do século VI e localizava-se numa zona onde existiriam outras divisões que constituíam o *diaconicon* e a *prothesis*.

Este edifício serviu de sé catedral da diocese de *Egitania* até esta ser transferida para a Guarda. Desde o século XII até à época contemporânea, o edifício continuou a ser usado como igreja paroquial, sofrendo novas alterações que não desfiguraram muito o aspecto inicial. Na fachada noroeste, por exemplo, foi aberto um portal no século XVI.

O edifício reutilizou muita pedra romana existente no local, nomeadamente nos cunhais, nas portas e alicerces, e até inscrições foram utilizadas na construção. Uma destas inscrições é do famoso construtor romano de templos, *Caius Cantius Modestinus*, que construiu templos a Vénus, Marte e Neptuno em *Aegitania* e em Bobadela. A inclusão desta inscrição funerária e outras votivas (Fernandes 60) nas paredes da nova basílica está de acordo com aquilo que sucedeu em todas as novas basílicas paleocristãs e poderá significar uma forma de sacralização das inscrições votivas, certamente, mas das funerárias também. O aparelho construtivo, nos pontos em que se manteve o original, é em *opus incertum* e o baptistério tem um pavimento em *opus signinum* e mármore reaproveitados.



No interior, se não podemos dizer com certeza absoluta que as colunas são reaproveitamento da época romana, podemos ter a certeza de que os capitéis e as bases são romanos, havendo inclusivamente algumas bases romanas reaproveitadas como capitéis na nova construção.

Tem orientação noroeste-sudeste e datará do século VI.

### 4.3. S. Pedro de Balsemão



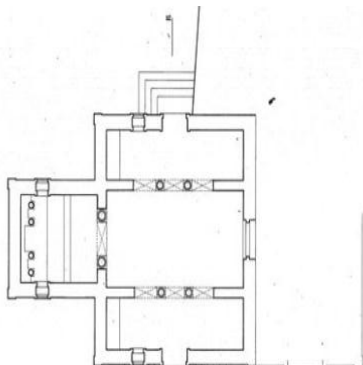
Vista da fachada sul da basílica de S. Pedro de Balsemão (foto do autor).

Balsemão pertence à freguesia da Sé, do concelho de Lamego, donde dista cerca de quatro quilómetros.

Lamego foi *caput ciuitatis Coilarnorum* na época romana (Vaz, *Lamego*) e depois sede de diocese desde muito cedo e o seu bispo Sardinarius aparece a assinar as actas do II Concílio de Braga em 572. Há a tradição de que teria existido uma primitiva catedral paleocristã da diocese de Lamego, na rua da Cisterna, mas dela não restam quaisquer vestígios. Pelo contrário, próximo de Lamego, localiza-se a capela paleocristã de S. Pedro de Balsemão, vulgarmente apelidada de visigótica. Torna-se difícil saber o que é original e o que é posterior nesta igreja devido às sucessivas reconstruções que foram sendo feitas ao longo dos séculos, nomeadamente as promovidas pelo bispo Afonso Pires que ali se fez sepultar em meados do século XIV (túmulo que ainda ali existe), três séculos depois por D. Luís de Sousa Coutinho (inscrição no topo exterior da nave norte) e as profundas obras de remodelação levadas a cabo pela DGEMN no século XX, em 1936, 1950 e depois nas décadas setenta e oitenta do mesmo século. Compulsando o processo destas últimas obras verifica-se que as alterações principais se deram ao nível da reformulação das

## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

coberturas, apeamento e reconstrução do arco cruzeiro e remoção do túmulo do bispo do Porto, Afonso Pires do local onde se encontrava e para o qual foi concebido.



Planta de S. Pedro de Balsemão, segundo a DGEMN.

No interior, é extraordinário o reaproveitamento de materiais romanos: troncos de coluna e capitéis romanos, aras a servir de suporte dos altares cristãos. A ara mais notável é a que foi colocada a *Ioui Optimo Maximo*, pela *ciuitas Coilarnorum* (Vaz, Lamego).



Capitel romano reaproveitado (foto do autor).

As colunas e os capitéis romanos não têm o mesmo diâmetro, as bases das colunas são diferentes, sendo tudo reaproveitamento de outras construções.



Fachada principal da igreja, virada a norte e esquina que confina com o solar dos Viscondes de Balsemão (foto do autor).

Na fachada reutilizaram-se inscrições funerárias e monumentais, nomeadamente um término augustal do tempo de Cláudio que nos mostra que o trabalho de demarcação das fronteiras administrativas continuava em meados do século I naquela zona. Há ainda três inscrições funerárias romanas metidas nas paredes exteriores.

Não se sabe se estes materiais serão da própria aldeia de Balsemão ou se teriam sido trazidos de Lamego, sede da *ciuitas*, como parece mais provável (Vaz, *Lamego*).

A planta de S. Pedro de Balsemão inscreve-se num rectângulo dividido em duas partes: a *pars publica*, de forma rectangular (com dez metros no lado mais pequeno e onze metros no maior, sendo assim quase quadrada) dividida em três naves e uma iconostase também rectangular que se encosta no lado maior do rectângulo, como em Idanha-a-Velha de que acabámos de falar acima. A basílica tem orientação este-oeste.

Existem várias pedras decoradas nesta igreja, havendo algumas que parecem *in situ* e outras fora de lugar. As impostas do arco cruzeiro estarão no sítio certo, embora possam ter sido deslocadas em certa altura, pois o arco teve outra forma que é bem visível na fotografia publicada por D. José Pessanha em 1927 (12). As colunas, capitéis e bases parecem ter sido todas reaproveitadas de outras construções anteriores, pois não coincidem quase nunca os diâmetros de uns e outras. A única pia da água benta existente foi feita a partir de uma coluna virada ao contrário e com a pia aberta na base.

A decoração interior é constituída por entrelaçados, motivos em espinha, círculos concêntricos, rolos e hexafólios, nomeadamente. Deslocadas dos seus lugares estão algumas pedras esparsas pelas paredes, salientando-se uma que parece o que resta de um ajimez.

## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

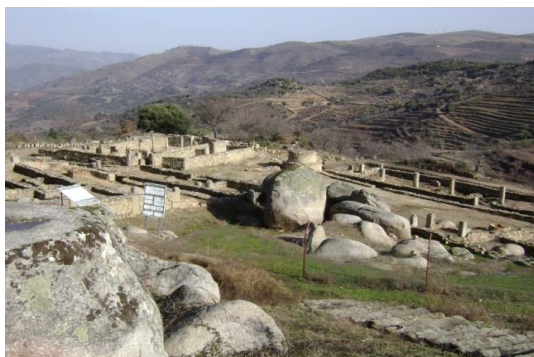


Pormenores decorativos da capela de S. Pedro de Balsemão: à esquerda uma imposta actualmente a suportar o arco da iconostase e à direita um possível ajimez deslocado na parede oeste (fotos do autor).

Algumas destas pedras decoradas parecem-nos típicas do período de construção desta basílica que situamos entre os séculos V e VI ou pouco posteriores. A actual planta será a forma original do século VI? Apesar da falta de elementos arqueológicos, a semelhança entre a planta da *uilla* do Prazo, descrita abaixo e S. Pedro de Balsemão é total. Só não podemos ter a certeza absoluta porque ao longo dos séculos as alterações se foram sucedendo e nunca se fizeram sondagens no interior do templo. Cremos, no entanto, que a segunda metade do século VI será a cronologia própria para esta construção.<sup>10</sup> Voltaremos ao assunto nas conclusões.

Incluimo-la no grupo suburbano das igrejas paleocristãs porque se localiza muito próxima de Lamego, a sede de diocese no século VI.

### 4.4. Prazo



Vista geral da estação arqueológica do Prazo, com a basílica ao fundo, à esquerda (foto do autor).

<sup>10</sup> Pierre de Palol, apesar de considerar que “o templo, porque reconstruído, é enigmático”, aponta alguns elementos como a decoração das impostas que considera como moçárabes (131).

Localiza-se no sítio denominado Prazo, freguesia de Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa.

Implanta-se a basílica numa *uilla* romana que, segundo o seu descobridor e escavador, Dr. António Nascimento Sá Coixão (1996), teria sido abandonada no século V, sendo por isso deste século ou do seguinte. Alterações posteriores permitiram a sua utilização até ao século XIII (Coixão).



Interior da basílica do Prazo (foto do autor).

A planta da fase paleocristã mais primitiva é constituída por uma cabeceira rectangular, com uma iconostase bem diferenciada das três naves, divididas por um pequeno troço de um muro, prolongamento dos muros da capela-mor e duas colunas de cada lado. A nave central é maior que as laterais. Todo o edificio é rectangular, incluindo a cabeceira.

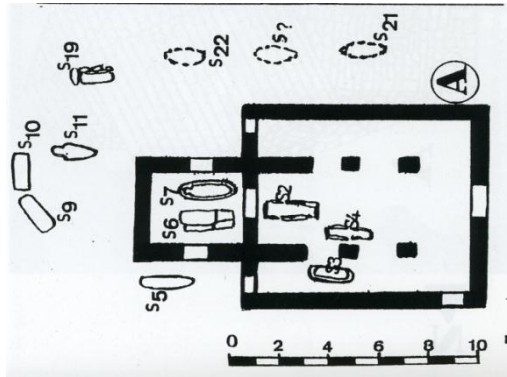


Pormenor de coluna e capitel reaproveitados (foto do autor).

## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

A orientação é oeste – este e na sua execução reutilizaram-se grandes blocos almofadados romanos, troncos, capitéis e bases de colunas. Como quase sempre sucede, as colunas e os capitéis romanos foram reaproveitados na nova construção sem olhar aos diâmetros de uns e outros e por isso aparecem capitéis toscanos a servir de bases de novas colunas, por exemplo.

As medidas desta basílica são praticamente iguais às de S. Pedro de Balsemão.



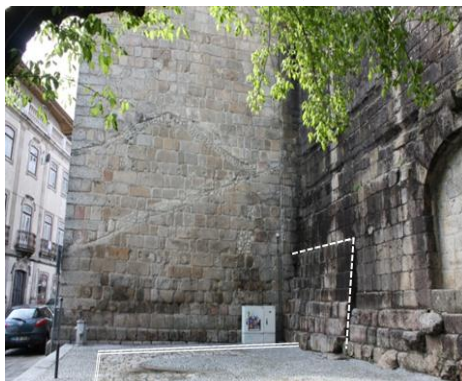
Planta da basílica do Prado, publicada por António do Nascimento Sá Coixão.

### 4.5. Viseu

Viseu foi sede da *ciuitas* na época romana e a sua importância nessa época derivava essencialmente da sua posição estratégica numa encruzilhada de caminhos milenares.

Após a queda do Império, a cidade foi integrada no Reino Suevo e mais tarde no Visigótico, quando estes dominaram aqueles em 575. A cidade foi elevada a sede de diocese desde muito cedo, embora não se possa definir uma data concreta. Nada se sabe sobre a cidade nesse período mas deve ter mantido grande parte da importância que tinha, apesar das escassas referências que lhe são feitas. A tradição manteve a recordação dos tempos visigóticos e diz-se que Rodrigo, o último rei visigodo, teria encontrado descanso eterno na igreja de S. Miguel que, a ser assim, já existiria nessa época, embora a actual igreja seja uma construção muito mais recente. As próprias armas da cidade recordam um episódio lendário ocorrido nos tempos do rei Ramiro, quando este, partindo de Viseu, foi assaltar o castelo de Gaia. Não se pode esquecer também a cunhagem de moeda feita em *Vezeo*, no primeiro quartel do século VII pelos reis Sisebuto, Suintila, Chindasvinto, Recesvinto e Égica e Vitiza.

A mais antiga referência paleográfica que se conhece à diocese de Viseu é relativa à presença do bispo Remissol no segundo concílio de Braga, em 572, o que prova que a diocese era sufragânea de Braga e estava já constituída. O bispo aparece aí designado como *Vesensis episcopus*. Alguns anos mais tarde, em 589, no III concílio de Toledo, o bispo de Viseu aparece como *ciuitatis Vesensis episcopuse* e em 681, no XII concílio de Toledo, o bispo de Viseu é *Besensis ecclesiae episcopus*. (Vives 85, 122, 402, 407 e 520).



Ângulo da Praça de Duarte com a rua das Ameias, no sítio da basílica paleocristã de Viseu. A tracejado, os limites do edifício que a sobrepôs e que se vê embutido na muralha e no chão os limites do muro ocidental e da cabeceira (foto e arranjo do autor).

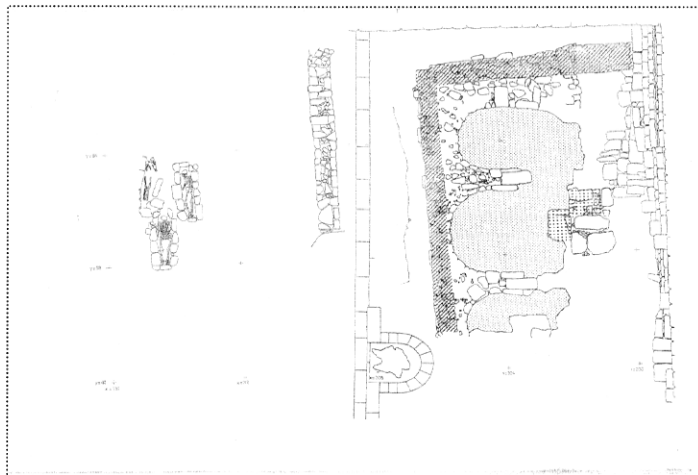
Com todas estas referências a bispos de Viseu em concílios provinciais, prova-se que o cristianismo estava organizado e, a ser assim, teria que existir já uma igreja que servia de cabeça da diocese.

Segundo a tradição, a igreja de S. Miguel, outrora fora dos muros da cidade, teria sido a primeira Sé de Viseu, mas nada existe que confirme tal hipótese. Naquele sítio existiu uma necrópole romana que ladeava a saída pela porta oriental da cidade e que certamente continuou a ser usada para lá da Império romano e onde teria sido sepultado o rei Rodrigo, último rei dos Visigodos, “*traditur*” (diz-se) está escrito no pseudo-túmulo do rei existente no interior da igreja.

Nas lutas entre Cristãos e Árabes, a cidade mudou de posse várias vezes e a impetuosidade de Mussa terá levado a que não ficasse “igreja que não fosse queimada, nem sino que não fosse quebrado”, conforme relato do seu biógrafo (Coelho 83) que acrescenta que, quando Mussa chegou à cidade, em 713, parou na “capital da Galiza” e enviou emissários a norte. Diz-se também que a catedral da cidade teria sido transformada em mesquita com Almançor, em finais do

## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

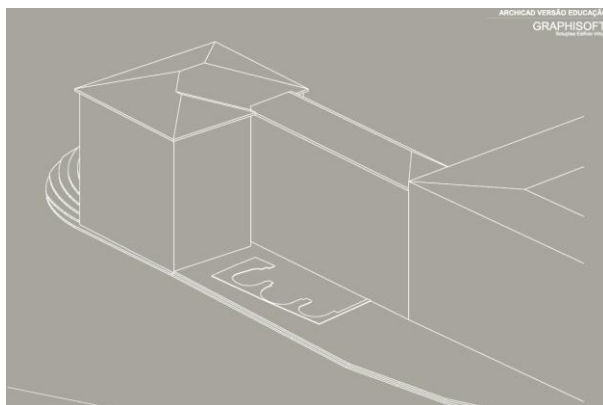
século X. Outro facto é que quando Fernando Magno conquistou definitivamente a cidade em 1058, os cristãos praticavam o seu culto na demolida capela de S. Martinho do Cimo de Vila que estava toda construída com materiais romanos reutilizados, como nos relata Alexandre Alves que acrescenta que o “histórico monumento (...) não conseguiu escapar, infelizmente, à iconoclastia do século passado”, referindo-se ao século XX, pois a vetusta capela foi só demolida na década de setenta (Alves, a quem se deve a única fotografia que se conhece). Esta capela localizava-se junto de uma das saídas da cidade e da necrópole romana que estava onde hoje se ergue o bairro do Cerrado. Seria esta também uma capela paleocristã? Sob a invocação de S. Martinho, com materiais romanos reaproveitados e localizada junto a uma das necrópoles da cidade, é legítimo pensar nessa hipótese, embora Saraiva (13) a considere moçárabe. Em 1988, obras levadas a cabo na rua das Ameias e consequentes escavações arqueológicas permitiram que se descobrisse uma basílica paleocristã no ângulo formado pelo muro da “varanda dos cônegos” com a torre-residência paroquial, atrás da estátua de D. Duarte (Pedro e Vaz).



Planta da basílica paleocristã de Viseu.

A basílica foi construída aproveitando muitos materiais romanos de grandiosos edifícios nomeadamente bases de coluna, pilastras e pedras almofadadas. As paredes eram feitas segundo a técnica do *opus incertum* e as suas pedras eram em grande parte reaproveitadas.

O cunhal do lado noroeste era constituído por uma base de coluna com 70/75 cm de diâmetro e sobre ela uma pedra almofadada quadrada com cerca de 70 cm de lado e almofadado de três lados. O muro deste mesmo lado, virado a noroeste, tinha um ligeiro desvio externo de cerca de 5 graus em relação ao muro da cabeceira, alargando a partir do cunhal referido. No entanto, interiormente, a esquadria é perfeita. Este muro prolonga-se para o lado do Adro da Sé por baixo de um outro muro todo ele construído em pedra almofadada disposta em *opus quadratum* e que, como o sobrepõe, é posterior. Este muro fazia parte de um edifício que foi metido na grossa muralha que separa a Praça D. Duarte do Adro da Sé, como ainda hoje é bem visível do lado da praça e foi deixado também por baixo da torre-residência paroquial (antiga cadeia) pois que a parede desta foi-lhe encostada. Cremos que este muro será de uma construção árabe que substituiu a basílica cristã entretanto destruída. Só fazendo escavações do lado do Adro se poderá detectar a continuação do muro da basílica e do edifício que se lhe sobrepõe.



Projecção da basílica paleocristã de Viseu, integrada na muralha que divide a Praça D. Duarte e a Praça da Sé (desenho de Mariana Costa).

No muro da cabeceira da basílica havia pedras de travamento bem evidentes, o que demonstrava desde logo uma preocupação forte com a sustentabilidade das paredes, talvez porque o muro tinha apenas cerca de cinquenta centímetros de espessura e todos os muros tinham face interna.

Interiormente, a cabeceira é dividida numa ábside e dois absidiolos paralelos. O espaço entre os muros e o extradorso dos arcos

## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

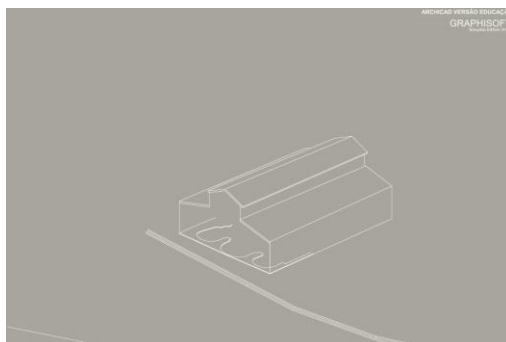
é preenchido com pedra miúda lançada a esmo. No arco central, as pedras de fecho travam também o muro exterior, o que prova que foram construídos em simultâneo. No absidiolo do lado ocidental, a pedra central do arco era uma pedra almofadada reaproveitada. Igualmente reaproveitadas, mas com a particularidade de terem parte do almofadado cortado para nelas assentar uma pilastra, são as pedras que dividiam a ábside central dos absidiolos laterais.

À frente da ábside, em posição central, encontraram-se os restos de uma estrutura que possivelmente era cruciforme. Todo o pavimento era em forte *opus signinum* com cerca de 15 centímetros de espessura e de muito boa qualidade.

O arco do absidiolo noroeste que tem sido interpretado como um arco ultrapassado (Pedro e Vaz 1995) e (Vaz 2000) não passará afinal de uma forma de fechamento deste absidiolo em relação à nave, situação típica das basílicas paleocristãs e será um arco de volta perfeita como o da ábside central. Do outro lado deveria suceder o mesmo, pois parece haver uma simetria perfeita nos dois lados. Sendo assim, poderemos imaginar uma iconostase quase fechada do público por alturas da estrutura cruciforme referida em cujos lados existiria uma base de suporte de uma pilastra ou coluna sobre a qual descansava um arco de volta perfeita que permitiria a passagem entre a ábside central e os absidiolos. Este espaço seria reservado aos oficiantes do ritual religioso e os crentes estariam à frente num espaço cujas características se desconhecem, tanto podendo ser dividido em três naves, como nos parece provável, como poderia ser um espaço em salão.

As paredes da ábside e dos absidiolos estavam cobertas de frescos, pois encontraram-se milhares de pequenos fragmentos que não permitiram qualquer reconstituição. No entanto, o amarelo, preto, azul e ocre são bem as cores típicas do paleocristianismo.

Fazemos a integração deste edifício na época paleocristã atendendo ao contexto da escavação. Com efeito, do lado sudoeste, entre o muro da basílica e o muro da torre, escavámos um pequeno muro com cerca de 40



Possível projecção da basílica paleocristã de Viseu. Desenho de Mariana Costa.

centímetros de largura datável da 1ª metade do século I e que foi destruído pela construção do muro da basílica. Pela orientação deste estreito muro, pareceu-nos que ele deveria ligar com o muro que se encontrou entre a cabeceira e a necrópole.

Nas valas de fundação do muro da cabeceira encontramos cerâmica cinzenta atribuível ao século V e sobretudo um pavimento em *opus signinum* que nada tinha a ver com o pavimento também em *opus signinum* da basílica. Mesmo sem destruir este pavimento, foi detectada no seu substrato uma moeda de Constantino I, o Grande, ainda com o brilho da cunhagem, sinal de que nem sequer teria circulado ou pouco teria circulado, parecendo ser uma moeda de fundação. Este pavimento foi cortado pela construção do muro da basílica e, sendo assim, o muro não poderá ser anterior à existência da referida cerâmica, nem à moeda constantiniana.

Que data atribuir, pois, à construção dos muros? Face aos elementos apontados terão que ser dos séculos IV-V, data em que a acrópole viseense terá sofrido uma remodelação total com a construção de novos edifícios. No entanto, pelas razões apontadas nas conclusões, cremos que será antes do da segunda metade do século V. E o interior será da mesma data? Para responder a esta questão, procedeu-se ao levantamento do pavimento em *opus signinum* da ábside central e verificou-se que ele assentava sobre estratos totalmente revolvidos, sem nenhuma estratigrafia fiável pois havia materiais mais antigos sobre outros mais recentes, seguramente datáveis, como moedas, por exemplo. Corresponde assim à mesma remodelação que havíamos detectado sob o *opus signinum* constantiniano. Por outro lado, como dizemos acima, há pedras do arco da ábside central que servem de travamento ao muro exterior, o que prova a sua construção simultânea. Esta semelhança com o resto da escavação mostra que aquele pavimento terá sido assente sobre a remodelação a que acabámos de fazer referência. Assim, atribuímos a mesma época ao interior da basílica.

Em termos de planta, com cabeceira recta e forma rectangular, embora imperfeita e com o interior dividido em ábside central e dois absidíolos, seríamos tentados a colocar esta basílica num período mais tardio, vendo-se um paralelo quase perfeito em San Miguel de Escalada. Ora, esta igreja é moçárabe e sabe-se que foi consagrada no ano 913. No entanto, há elementos arqueológicos claros que nos levam a considerar Viseu muito mais antiga: à frente da ábside central existia uma estrutura cruciforme que separava a nave, ou naves, da iconostase; a grande abundância de materiais romanos reaproveitados;

os materiais cerâmicos recolhidos no *uallum* do muro da cabeceira; a ligação clara entre este muro e as pedras que formam o arco mas, sobretudo, o facto da sua construção ter cortado um edifício datado seguramente do período constantiniano. Assim sendo, estamos face a mais uma basílica dos inícios do Cristianismo na Península e que vem mostrar como esta religião chegou cedo ao centro do actual território português e que poderemos datar da segunda metade do século V ou princípios do seguinte, quando a cidade e região eram dominadas pelos Suevos.

### 5. Conclusões

Em relação à morfologia das basílicas paleocristãs do território português, teremos que dizer que não existe uma planta tipo, apesar de existirem algumas basílicas com formas semelhantes.

O isolamento das pessoas no campo ou a vida mais comunitária na cidade levava a que as pessoas construíssem de acordo com os interesses rituais, mas sobretudo com o poder económico e a população a servir. Os rituais ainda não estavam totalmente estabelecidos, as regras construtivas também não e disso dão conta as determinações dos concílios provinciais em diversas ocasiões.

Na sua relação com os rituais, poderemos dizer que todas as basílicas estudadas parecem assemelhar-se, apesar das suas diferenças, pois todas apresentam uma iconostase onde se desenrolariam as cerimónias que eram ouvidas pela população que estava num espaço que podia ser dividido em naves ou ser um salão único. De qualquer forma, a separação entre os dois espaços era bem marcada por cancelas separadoras e à iconostase ou *sanctuarium*, bem preservado dos olhares públicos, só teriam acesso os elementos do clero que participavam na cerimónia, enquanto o povo assistia no espaço que lhe estava destinado. Tendo em conta esta separação bem vincada entre os dois espaços e a própria forma das plantas, podemos dizer que a grande maioria do povo nem sequer via o que se passava na iconostase.

A forma dominante parece ser o rectângulo com a iconostase de costas para o lado oriental ou mais virado a oriente, o que fazia com que o povo que estivesse nas naves laterais não visse nada das cerimónias que se realizavam no *sanctuarium*, adensando-se ainda mais o *misterium*, tão próprio da religião cristã. Só uma percentagem mínima que estava em frente da iconostase poderia aceder às cerimónias. No entanto, ao rezar, o povo estava virado para oriente e

as cerimónias que se realizavam de costas para o povo estavam também viradas para a luz, numa posição plena de simbolismo religioso.

Embora não seja intenção discutir neste momento as formas de todas as plantas paleocristãs do território português actual, parece-nos importante salientar desde já a importância da forma rectangular, nalguns casos forma quase quadrada, que todas estas basílicas apresentam. A cronologia de todas elas parece apontar, nuns casos mais seguros, noutros menos, para a segunda metade do século V-primeira metade do VI, ou seja, quando os Suevos dominavam o noroeste peninsular e chegaram bem a sul, pois não se pode esquecer que em 468 o governador de Olisipo, *Lusidius* entregou a cidade aos Suevos e só em 585 se vai dar a unificação com os Visigodos. Esta forma parece ser predominante nos edifícios religiosos construídos durante este período de domínio suévico. Embora não nos referindo neste momento a esses edifícios salientamos que, por exemplo, S. Miguel de Odrinhas e a primeira planta de S. Gião da Nazaré (Fontes e Machado), muito a sul da área que hoje nos ocupou, apresentam a mesma forma, com S. Gião a ser quase igual a S. Pedro de Balsemão e à basílica do Prazo, mesmo em termos de medidas e área ocupada.

Se observarmos as basílicas seguramente construídas sob domínio visigótico<sup>11</sup>, cujas datas de sacração são conhecidas, como Santa Comba de Bande, San Pedro de la Nave, San Pedro de la Mata, Santa Maria de Quintanilla de las Viñas ou S. Frutuoso de Montélios, todas elas apresentam uma planta em forma de cruz, grega ou latina. Assim, parece que poderemos concluir que, apesar das diferenças existentes, há uma preferência pela forma rectangular na área e época de domínio suévico e só com os Visigodos, se vai impor a forma cruciforme, certamente por influência bizantina.

A forma rectangular poderá ser de origem continental ao contrário das formas em ábside redonda dupla, de origem norte-africana, como bem se sabe, ou da cruciforme, de origem bizantina.

A nível de plantas, saliente-se a semelhança total e absoluta, mesmo em termos de medidas, entre S. Pedro de Balsemão e Prazo. Têm medidas iguais, ambas apresentam corpo rectangular, divisão em três naves e pequenos muros internos no prolongamento da iconostase.

A basílica do Prazo está arqueologicamente datada dos séculos V-VI e, portanto, Balsemão terá que ser da mesma época. Pensamos que

---

<sup>11</sup> Os Visigodos só entraram na Península nos princípios do século VI, após a batalha de Vouillé, em 507. Nesta data, já os Suevos dominavam o ocidente peninsular e se tinham convertido ao Cristianismo, em 448, com o rei Requiário.

desta forma se põe termo à especulação cronológica em torno da capela de S. Pedro de Balsemão<sup>12</sup>. Ainda dentro destes séculos, como estamos perante uma região dominada pelos Suevos no século V, cremos que será ao período da conversão suévica que se deverão atribuir as duas basílicas, construídas, por conseguinte, na segunda metade do século. Face a estes elementos do Prazo, somos obrigados a recuar em cerca de um século a cronologia que tem sido atribuída a este tipo de cabeceiras rectangulares<sup>13</sup>.

Das basílicas estudadas, apenas Conímbriga tem a forma de cruz, mas, como vimos, esta planta continua a levantar grandes problemas de interpretação.

Fugindo a esta forma, surge Viseu, que parece manter um rectângulo exterior, irregular, é certo, mas com uma iconostase apenas construída no interior, vendo-se do lado exterior apenas uma parede direita. A iconostase de Viseu seria também quase fechada do povo mas era tripla, havendo ligação entre a ábside central e os absídeos laterais, ligação feita provavelmente por uma arcada sobre pilastras ou colunas.

Uma característica comum a todas as basílicas paleocristãs é o reaproveitamento dos materiais romanos que estavam mesmo à mão. Isso perpassa em todas as construções. Nalguns casos parece ter havido alguma intencionalidade de sacralização de materiais que serviram para o culto pagão (as aras de Balsemão ou Idanha-a-Velha) mas, na sua maioria, terá sido um mero reaproveitamento do que já estava feito e era só colocar nas novas paredes e muros.

Não queremos terminar sem chamar a atenção para a importância da arqueologia na sua relação com a arquitectura. Só a arqueologia permite estabelecer cronologias seguras para estes recuados monumentos, através do método comparativo como acontece com Prazo, Balsemão e S. Gião da Nazaré, ou, através da escavação, reformular ideias feitas, como aconteceu em Idanha-a-Velha e S. Gião da Nazaré. Esperemos que novas descobertas confirmem as ideias que aqui deixamos expostas.

---

<sup>12</sup> Pedro de Palol, por exemplo, apresentava esta igreja como uma igreja moçárabe. Ver Pedro de Palol, *L'Art en Espagne du Royaume Visigoth à la fin de l'époque romaine*. Flammarion, 1967, 130.

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, Achim Arbeiter, *Construcciones con sillares, El paulatino resurgimiento de una técnica edilicia en la Lusitania Visigoda*, IV Reunión de Arqueología Cristiana Hispánica, Barcelona, 1995, p. 211-221 ou E. Cerrillo Martín de Cáceres, *Las ermitas de Portera y Santa Olalla, Aproximacion al estudio de las cabeceras rectangulares de los siglos VI y VII*, Zephyrus, XXXII-XXXIII, 239-243.

## BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, Jorge Manuel N., e Robert Étienne. *Fouilles de Conimbriga. I. L'Architecture*. Paris: CNRS, 1977.
- Alarcão, Jorge. *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
- Almeida, Carlos Alberto Ferreira de. *História da Arte em Portugal*. Vol. 2. Lisboa: Edições Alfa.
- Almeida, Fernando de. *Egítânia, História e Arqueologia*. Lisboa, 1956.
- . “Arte visigótica em Portugal.” *O Arqueólogo Português, IV (nova série)* (1962): 5-278.
- Alves, Alexandre. “Antiguidades de Viseu.” *Beira Alta* 34.4 (1975): 429-54.
- Coelho, A. Borges. *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa, 1989.
- Coixão, António do Nascimento de Sá. *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Câmara Municipal, 1996.
- Correia, Virgílio Hipólito. *Conimbriga, Guia das Ruínas*. Lisboa: IPM e Edições ASA, 2003.
- Costa, P.e Avelino de Jesus. *O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga*.
- David, Pierre. *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe Siècle*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947.
- Diaz, Diaz y. “L’expansion du christianisme et les tensions épiscopales dans la Péninsule Ibérique.” *Revue d’Études Ecclésiastiques* 6 (1983): 84-94.
- Fernandes, Paulo Almeida. “Esplendor ou declínio? A arquitectura do século VII no território 'português'.” *La Arquitectura: el siglo VII frente al siglo VII, coord. Luís Caballero Zoreda e Maria de los Angeles Utrero Agudo, Mérida, CSIC, Junta de Extremadu* (2009): 241-273.
- . “Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da Mesquita-Catedral de Idanha-a-Velha.” *Artis* 5 (2006): 49-72.
- Fontes, Luís, e André Machado. *São Gião da Nazaré. Trabalhos Arqueológicos. Fase III – Sondagens nos alçados e no solo – Relatório final*. 2010. <http://www.uaum.uminho.pt/dicoes/revistas.html>.

## A ARQUITECTURA PALEOCRISTÃ DA LUSITÂNIA NORTE

- João L. Inês Vaz, Ivone Pedro. “Basílica e Necrópole altomedievais de Viseu.” *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 1995: 343-352.
- Miranda, Pedro Gomes Barbosa e José António Godinho. *Marcas de Poder: Moedas Visigodas em Território Português*. Lisboa: Banco de Portugal, 2006.
- Palol, Pierre de. *Arte Hispanico de la Epoca Visigoda*. Barcelona: Ediciones Polígrafa, 1968.
- Pedro, Ivone, e João L. Inês Vaz. “Basílica e Necrópole altomedievais de Viseu.” *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 1995: 343-352.
- Pessanha, D. José. *S. Pedro de Balsemão e S. Pedro de Lourosa*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927.
- Real, Manuel. “Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no Ocidente Peninsular.” *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 1995: 17-68.
- Saraiva, Anísio Miguel de Sousa. “Viseu - do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano.” *Revista de História da Sociedade e da Cultura* (2010): 11-36.
- Torres, Cláudio. “A sé-catedral de Idanha-a-Velha.” *Arqueologia Medieval* 2 (1992): 169-178.
- Vaz, João L. Inês. *A Civitas de Viseu - Espaço e Sociedade*. Viseu: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997.
- . *Lamego na Época Romana*. Lamego: Associação para a Valorização e Defesa do Património do Vale do Douro, 2007.
- . “Espaço e tempo na acrópole de Viseu.” *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* (2000): 44-52.
- Vives, José. *Concívios Visigóticos e Hispano-romanos*. Barcelona e Madrid, 1963.
- Zoreda, Luís Caballero. “Arqueologia de la arquitectura: Conocimiento y intervención.” *Património Estudos* 9 (2006): 33-43.

**RESUMO:** O autor aborda alguns edifícios religiosos dos inícios do Cristianismo peninsular localizados na zona norte da antiga província romana da Lusitânia. Começa por discutir alguns termos que muitas vezes são usados, nomeadamente paleocristianimo. Estabelece uma tipologia dos monumentos deste período, com base na sua localização geográfica e discute, com base em recentes descobertas deste período, como uma basílica no sítio do Prazo, em Numão, concelho de Vila Nova de Foz Côa ou no relacionamento da arqueologia com a arquitectura como acontece em Idanha-a-Velha, novas interpretações dos edifícios religiosos e sobretudo as suas cronologias. São passadas em revista as principais basílicas localizadas entre Douro e Tejo, Conimbriga, Idanha-a-Velha, S. Pedro de Balsemão, Prazo e Viseu. Conclui com a proposta de novas cronologias para este edifícios e pela importância cada vez maior do estudo da arqueologia da arquitectura.

**ABSTRACT:** The author discusses some of the religious buildings of peninsular Early Christianity located in the north of the ancient Roman province of Lusitania. He begins by discussing some terms that are often used, particularly paleocristianimo. He establishes a typology of monuments of this period, based on its geographic location and discusses, based on recent discoveries of this period, such as a basilica at the site of Prazo, in Numão, municipality of Vila Nova de Foz Coa, or the archeological relationship with the architecture as in Idanha-a-Velha, new interpretations of religious buildings and especially their chronologies. The author analyses the major basilicas located between Douro and Tagus, Conimbriga, Idanha-a-Velha, S. Pedro de Balsemão, Prazo and Viseu. He concludes with the proposed timelines for this new building and the increasing importance of studying the archeology of architecture.